

PRAGMATISMO OU PRAGMATICISMO?
CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE PRAGMATISMO A PARTIR DA ANÁLISE DO
ARTIGO “O QUE É O PRAGMATISMO”

Marcelo Silvano Madeira¹

Palavras-Chave: Pragmatismo. Pragmaticismo. Crença. Dúvida. Realismo.

O presente artigo trata do conceito de pragmatismo a partir de um único ensaio escrito por Peirce e denominado, justamente, de *O que é o Pragmatismo*. A escolha por esse ensaio se faz pelo fato dele ter sido o primeiro ensaio no qual o seu autor apresenta de maneira direta, mas tardiamente, sua concepção de pragmatismo ao público em geral. Publicado originalmente no periódico *The Monist* em 1905, o autor faz nele a defesa da sua concepção de pragmatismo e os motivos que o levam a lhe atribuir uma nova designação sem, contudo, alterar o teor do seu significado. Desse modo, veremos Peirce abandonar a designação pragmatismo pela adoção da palavra pragmaticismo, com o propósito de abarcar todo o significado de sua concepção, palavra esta que segundo ele, é “suficientemente feia para estar a salvo de raptos” (5.414).

Mas quem são esses raptos do pragmatismo? No que consiste essa doutrina? E qual o propósito dela? Para entendermos o motivo dessa mudança de designação, devemos considerar alguns aspectos históricos referentes ao tema.

A princípio, a doutrina do pragmatismo, assim como concebida por Peirce, surge por volta da década de 1870, a qual foi amplamente divulgada por ele entre seu círculo de amigos, mas, em momento algum, até a publicação desse artigo, o autor fez qualquer menção pública da palavra pragmatismo, embora ele tenha publicado uma série de seis artigos, denominados em seu conjunto como *As Ilustrações da Lógica da Ciência*, no periódico *Popular Science Monthly*, cujo segundo artigo publicado em janeiro de 1878 e denominado de *Como tornar clara as nossas ideias*, apresenta a máxima do pragmatismo, porém, nem nesse artigo nem em qualquer outro publicado, Peirce faz menção a essa palavra.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP).

Em termos gerais, podemos responder que o pragmatismo é concebido como um método de investigação lógica com o intuito de alinhar teoria e prática. Mas, para não criarmos falsas impressões de que este método seja, assim, um método “utilitarista” — tal como o fizeram William James e Ferdinand S.C. Schiller, os quais popularizaram o termo, mas não o significado dessa doutrina peirciana — devemos considerar que a origem do termo pragmatismo decorre das ponderações feitas por Peirce a partir de seu trabalho em laboratório em conciliação com seus estudos filosóficos decorrendo, dessa maneira, numa relação entre o conhecimento racional e com o propósito racional. De outro modo, Peirce pretendeu criar um vínculo lógico entre um conhecimento racional e teórico que tenha, por assim dizer, um certo propósito prático e que incidisse sobre a conduta da vida em geral, tal como Peirce diz a respeito de si próprio:

... arquitetou a teoria de que uma *concepção*, isto é, o teor racional de uma palavra ou outra expressão reside, exclusivamente, em sua concebível influência sobre a conduta da vida; de modo que, como obviamente nada que não pudesse resultar de um experimento pode exercer influência direta sobre a conduta, (...) e *nele não há absolutamente nada mais*. Para esta doutrina o presente autor inventou o nome de *pragmatismo*. (CP 5.412)

Embora Peirce tenha concebido seu pragmatismo com esse propósito, ele não foi capaz de lhe dar o destino desejado. Com o decorrer dos anos, o autor vê seu conceito de pragmatismo seguir outro rumo. Amplamente divulgado nos trabalhos dos já mencionados James e Schiller, os quais se apropriaram desse termo e utilizaram-no para concepções dispares daquela atribuída por Peirce, esse uso equivocado do termo pragmatismo, obrigou Peirce a criar, segundo a sua *Ética da Terminologia*, um novo termo que distinguisse o seu pragmatismo das concepções dos pragmatismos enunciados por James e Schiller. Ao ser usada em sentido amplo, ela perdeu suas características mais elementares, passando a adquirir o uso equivocado que recebeu quando passou a domínio público. Assim, Peirce abdica da palavra pragmatismo e adota como designação de sua doutrina a palavra *pragmaticismo*.

Mas, no que consiste o *pragmaticismo* peirciano? E por que segundo o autor ele leva vantagem sobre os demais? Para compreendermos o que é esse *pragmaticismo*, devemos partir de dois aspectos distintos, a saber: o primeiro aspecto refere-se a relação entre dúvida e crença e o modo como esta se insere na filosofia de Peirce. O segundo aspecto refere-se propriamente à máxima do *pragmaticismo*.

O próprio pragmaticismo surge como uma crítica àqueles filósofos que adotam, por assim dizer, um determinado estado de espírito o qual propriamente não reflita o estado em que eles realmente se encontrem quando começam a filosofar. Isso fica mais evidente quando Peirce se refere indiretamente a Descartes, ao dizer que: “Um deles propõe que comecemos por duvidar de tudo, e por dizer que só há uma coisa de que não podemos duvidar, como se duvidar fosse ‘tão fácil quanto mentir’” (CP. 5.416). Para Peirce, a adoção desse tipo de raciocínio é uma das formas mais absurdas de se iniciar uma filosofia, mesmo que seja um simples método, esse método não busca descobrir a verdade ou a falsidade de uma proposição que se deseja conhecer, mas, apenas, busca atingir uma certeza que dúvida alguma possa abalar. Esse tipo de abordagem filosófica opta por adotar um estado subjetivista, psicológico, em detrimento a um estado objetivista de conhecimento, lógico. Peirce prossegue, ainda, em sua crítica e a rebate do seguinte modo:

... há apenas um único estado de espírito do qual o leitor pode “partir”, a saber, o próprio estado de espírito em que o leitor realmente se encontrar no momento em que efetivamente for “partir” um estado no qual o leitor se acha carregado com imensa massa de cognições já formadas, da qual não consegue despir-se mesmo que quisesse; e quem sabe se, pudesse fazê-lo, não tornaria com isso todo conhecimento impossível para si mesmo? (CP. 5.416)

Além de negar a adoção de um subjetivismo como início do filosofar, Peirce critica, justamente, o método cartesiano por anular todo conhecimento prévio, toda certeza, ao instaurar uma dúvida, mesmo que seja uma dúvida metódica. O autor não vê o porquê de se abdicar do conhecimento prévio, já fundamentado na experiência, em detrimento de um método “faz-de-conta”, um processo da imaginação. Aqui surge o problema quanto a dúvida. O que é de fato duvidar? Seria propor uma dúvida, mesmo que essa seja ela imaginada ou, como queria Descartes, metódica, ou a dúvida deve surgir naturalmente no transcurso da vida como queria Peirce?

Eis aqui que se insere o aspecto de dúvida e crença como mencionado acima. Mas antes de expormos a relação entre eles, vejamos o significado que Peirce atribui a esses dois conceitos. Segundo Peirce, crença é:

... um hábito da mente que, essencialmente, dura por algum tempo e que é em grande parte (...) inconsciente; e tal como outros hábitos, é (...) auto-satisfatório. A dúvida é de um gênero totalmente contrário. Não é um hábito, mas privação de um hábito. (CP 5.417)

Dessas definições, podemos interpretar que somos movidos por crenças, e que elas se tornam hábitos de conduta de nossas ações. De outro modo, esses hábitos nos fazem agir sem um esforço reflexivo ao se tornarem inconscientes na medida em que os aceitamos por verdadeiros, isto é, somos conduzidos por eles, pois nos habituamos a interpretar seus significados como o modo correto de obtermos certos resultados. A concepção de uma crença demanda investigação, recorrência de fenômenos semelhantes que tendam para o futuro, possuindo, assim, a mesma tessitura de uma lei geral. Tornando-se geral e contínua, ela proporciona estabilidade ao agir, moldando, assim, a nossa conduta. Só abandonamos esse estado seguro de conduta quando nos deparamos com um fenômeno que interrompe a continuidade da crença ao qual ele está relacionado.

Eis que surge a dúvida “como privação de um hábito” como dito acima. Ao interromper a continuidade da crença, ela faz com que a mente mova-se para sair desse estado duvidoso e retorne ao estado anterior. Embora possamos considerá-la como um aspecto negativo ao gerar a descontinuidade do hábito, ela proporciona, por outro lado, o estímulo a abandoná-la, obrigando a mente a sair desse estado desconfortável com o propósito de restabelecer a continuidade perdida. Desta maneira, ela se torna o estágio intermediário entre uma crença e outra. A dúvida estimula o agir. Ela é gerada pela percepção imediata de um fato que contradiz a crença cujo fato deveria confirmar, mas que não o faz. A dúvida deve surgir naturalmente da ação gerada por um hábito que reage com um fato que, teoricamente, teria de corroborar com esse hábito, mas não o faz. Porém, a dúvida não produz conhecimento, mas é o estímulo para que a mente restitua o hábito corrompido.

Assim, crença e dúvida não são produtos de volição, de um processo subjetivista, isto é, não devemos crer ou duvidar pura e simplesmente porque o desejamos ou porque seja agradável crer ou duvidar, por outro lado, na filosofia peirciana, tanto a crença quanto a dúvida resultam de ações cognitivas ou do rompimento dessas ações. Crenças conduzem a um estado satisfatório enquanto dúvida causa irritação. Crença e dúvida produzem estados psicológicos, mas não é o estado psicológico que fundamenta o conhecimento. O que fundamenta a investigação é o processo lógico.

O processo lógico está inserido no autocontrole. O autocontrole é o estado lógico que guia a ação futura que subjaz a um hábito. Dito em outras palavras, os

hábitos estão submetidos ao autocontrole. Crença e dúvida são estados psicológicos distintos, opostos entre si, que subjazem a um autocontrole, que pode ser tanto ético quanto lógico e que exercem um “poder” de controle sobre esses estados psicológicos, ou seja, um indivíduo possui hábitos. Hábitos são crenças que tendem a produzir ações futuras. O que Peirce diz é que esse indivíduo pode exercer um autocontrole sobre as suas ações futuras de modo que elas não sejam obrigatoriamente uma relação de causa e efeito. Desse modo, se hábito tende a ser um aspecto psicológico, o autocontrole tende a ser um aspecto lógico da mente que controla o hábito.

Portanto, crenças tornam-se hábitos e hábitos estão presentes na nossa vida, na nossa conduta. Eles são as certezas que temos de que determinado evento ocorrerá de tal e tal modo, de maneira que não podemos duvidar. Do mesmo modo, pensamentos também são uma forma de conduta e, também, estão submetidos a um autocontrole lógico-ético que pode submetê-los a um processo de autocensura. Não é outra a concepção peirciana sobre pensamento, diz o autor: “... deveria, antes ser entendido como algo que cobre toda a vida racional, de forma a que um experimento possa ser uma operação do pensamento.” (CP 5.420)

Visto esse primeiro aspecto, vejamos agora o que diz o segundo e, para isso, teremos de recorrer à máxima do pragmaticismo enunciada por Peirce no artigo, diz ele: “Considere quais efeitos que possivelmente pode ter a influência prática que você concebe que o objeto de sua concepção tem. Neste caso, sua concepção desses efeitos é o TODO de sua concepção do objeto.” (CP 5.422)

Para entendermos o que significa esses efeitos que podem ter influência sobre a conduta, devemos recorrer, primeiro, ao que Peirce entende por experiência, diz ele: “Experiência é o curso da vida. O mundo é aquilo que a experiência inculca.” (CP 1.426). Mas como se faz essa experiência? Ou seja como se realiza o experimento?

A essa pergunta Peirce responde que, primeiro, o experimentador seja um ser humano para realizar a experiência; segundo, ele deve possuir uma hipótese verificável que esteja dentro do seu universo de conhecimento; e, terceiro, uma dúvida legítima quanto à verdade da hipótese proposta. Feito isto, Peirce dirá que:

... o experimentador isola determinados objetos identificáveis sobre os quais operar. O passo seguinte é o ATO externo (ou quase externo) pelo qual ele modifica aqueles objetos. A seguir vem a subsequente *reação* do mundo

sobre o experimentador numa percepção; e finalmente, seu reconhecimento das lições do experimento. (CP 5.424)

Contudo, a experiência não é o mero suporte onde ocorre a investigação feita pelo experimentador, ela é o que de fato comprova a hipótese verificável. O resultado obtido consiste no significado da aplicação prática que envolve a capacidade de hipóteses se efetivarem enquanto ato. A conformação do fenômeno experimentado com a hipótese gera a crença, mas não através de uma experimentação singular, única, mas essa experimentação deve ser uma investigação recorrente com o propósito de confirmar a validade de tal hipótese.

Entretanto, o pragmaticismo não lida com experimentos singulares. Esses experimentos possuem o estatuto de fenômenos experimentais. Enquanto experimento é algo que pode ser feito singularmente, os fenômenos experimentais consistem naqueles fenômenos que não acontecem apenas aqui e agora, isto é, não são redutíveis a um fenômeno singular, mas são fenômenos que possuem uma ocorrência futura, tal como diz Peirce:

Quando um experimentalista fala de um *fenômeno*, ... não entende por isso um evento particular qualquer que realmente aconteceu a alguém no passado morto, mas que *seguramente acontecerá* a todos que, no futuro vivo, preenchem certas condições.” (CP5.425)

Desse modo, esses fenômenos representam ideias gerais de fenômenos que tendem para o futuro. Peirce diz que o que é verdade no futuro não é singular, mas geral. “O significado racional de toda proposição está no futuro.” (CP 5.427). Pois somente o que está no futuro está sujeito a autocontrole. Ainda:

Sempre que uma pessoa agir intencionalmente, age sob a crença em algum fenômeno experimental. Por conseguinte, a soma de fenômenos experimentais que uma proposição implica constitui todo o alcance deste fenômeno sobre a conduta humana.” (CP5.427)

Poderia se questionar se ao conceber significações gerais e reais, o pragmaticismo estaria a conceber propósitos finais. Para isso responderíamos que não, pois isso seria o seu próprio fim. Essa doutrina envolve propósito racional, intenção, crença e autocontrole, não se limitando, portanto, a um agir pelo simples fato de agir.

Ao conceber significações gerais, o pragmaticista está a interpretar o mundo e não a constituí-lo, ou seja, ao mundo compete ditar a forma como o pragmaticista deve

interpretá-lo e compreendê-lo, isto é, extrair dele as leis gerais que ordenam os diversos fenômenos que estão dados no mundo.

Em suma, ao realizar verificações sobre os fenômenos experimentais, o pragmaticista coleta de cada fenômeno aquilo que apresenta semelhança com os fenômenos verificados anteriormente, ou seja, ele abstrai de cada fenômeno aquilo que permanece, ou seja, a sua essência ou o que permite tornar geral, submetendo tais fenômenos à mesma significação. A essa significação, o pragmaticista atribui um nome próprio que é sempre de natureza geral, tornando o significado de uma palavra a essência da realidade daquilo que ela significa. Além disso, segundo Peirce, ser geral é da mesma ordem do ser real, e a natureza geral da significação, permite que ele extraia proposições e as verifique empiricamente tornando-se passíveis de atribuição de valores de verdade, tal como afirmado pelo próprio Peirce, a saber:

Aquilo que toda proposição verdadeira afirma é real, no sentido de ser tal como é independentemente daquilo que você ou eu possamos pensar a respeito. Seja esta proposição uma proposição condicional geral quanto ao futuro, e neste caso ela será um geral real na medida em que está realmente calculada para influenciar a conduta humana; e na medida em que o pragmaticista sustenta que é o propósito racional de todo conceito. (CP 5.432)

Desse modo, Peirce buscou com o pragmatismo estabelecer uma teoria da significação cujo propósito é estabelecer, de maneira lógica, não uma doutrina da ação, mas uma concepção de se estar preparado para agir quando determinado evento assim o exija, ou de outro modo, a efetivação de um pensamento ou idéia geral exteriorizada na forma de uma conduta, que corrobore o pensamento com a ação exteriorizada, ou como afirma Ibri: “O Pragmatismo peirceano requer, assim, uma espécie de diálogo entre pensamento e ação, em que o fim último é eminentemente cognitivo e geral, cujo crescimento deve refletir-se na conduta.” (IBRI, 2006, p. 253)

BIBLIOGRAFIA

IBRI, Ivo A. *Kósmos Noétos*. A Arquitetura Metafísica de Charles S. Peirce. 1ed. São Paulo: Perspectiva : Hólon, 1992. (Coleção Estudos v. 130).

_____. “Semiótica e Pragmatismo: Interfaces Teóricas.” *Cognitio*, São Paulo, v. 5, nº 2, p. 168-179. jul/dez. 2004.

_____. “Pragmatismo e Realismo: A Semiótica como Transgressão da Linguagem.”
Cognitio, v. 7, nº 2, p. 247-259. jul/dez. 2006.

MADEIRA, Marcelo S. *Peirce: Pragmatismo e Método de Investigação à Luz das “Illustrations of the Logic of Science”*. São Paulo. 1998. Dissertação de Mestrado. PUCSP.

PEIRCE, Charles S. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Hartshorne, M., Weiss, P. and Burks, A. (Eds.) Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1931-35 e 1958; 8 vols.

_____. *Semiótica*. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. (Coleção Estudos v. 46).

ROSENTHAL, Sandra B. *Charles Peirce’s Pragmatic Pluralism*. 1 ed. Albany: State University of New York Press, 1994.